

Jordão Fazenda Munapeta*

A prática da actividade agrícola no vale do Infulene na Cidade de Maputo como mecanismo para melhoria da renda familiar

Resumo

Este artigo analisa a prática da actividade agrícola no vale do Infulene na Cidade de Maputo como mecanismo para melhoria da renda familiar. Um dos problemas que esteve em causa foi de procurar entender como a prática de actividade agrária no vale de Infulene contribui para a melhoria da renda familiar. A análise permitiu identificar duas variáveis, na primeira tem um grupo de praticantes que apostam na actividade somente para sobrevivência familiar e na segunda variável tem os que praticam a actividade não só para sobrevivência, mas também para a comercialização dos produtos provenientes das suas machambas. O desafio consiste na mecanização desta actividade, olhando pela localização do Vale do Infulene, por se tratar da cintura verde da cidade de Maputo. Os pequenos agricultores que desenvolvem as suas actividades no Vale do Infulene aproveitam a fertilidade dos solos para fazer uma miscelânea entre a produção e a beleza do espaço.

Palavras-chave: Agricultura, Infulene, Renda Familiar

Abstract

The practice of agricultural activity in the Infulene valley in the city of Maputo as a mechanism for improving family income

This article analyzes the practice of agricultural activity in the Infulene Valley in the city of Maputo as a mechanism for improving household income. One of the issues at hand was to seek understanding of how the practice of agricultural activity in the Infulene Valley contributes to the improvement of household income. The analysis allowed for the identification of two variables. The first variable consists of a group of practitioners who engage in the activity solely for family survival, while the second variable includes those who engage in the activity not only for survival but also for the commercialization of products from their farms. The challenge lies in mechanizing this activity, considering the location of the Infulene Valley as the green belt of the city of Maputo. The small-scale farmers who carry out their activities in the Infulene Valley take advantage of the fertility of the soil to create a blend of production and the beauty of the space.

Keywords: Agriculture, Infulene, Household Income.

1. Introdução

A actividade agrária no Vale do Infulene, é praticada na sua maioria por famílias de baixa renda. É de pequena escala e visa a geração de rendimentos dentro das famílias, de modo a suprir as necessidades básicas. Contudo, a actividade de horticultura na cintura verde da capital moçambicana garante a subsistência de milhares de pessoas.

O objectivo desta pesquisa é de contribuir para uma melhor compreensão sobre a prática da actividade agrícola do Vale do Infulene, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Durante a pesquisa, percebeu-se que as famílias que vendem produtos hortícolas, preferem comprar verduras e depois vendem em banquinhas em frente às suas casas, onde os principais clientes são os vizinhos, a venda dos produtos nos quintais, reduz distâncias em relação à ida aos mercados e isso faz com que uma boa parte das famílias pratique a agricultura urbana para sua sobrevivência.

Para elaboração do trabalho, foi necessário fazer uma pesquisa etnográfica exploratória, com um grupo de camponeses do vale do Infulene, por meio de entrevistas, segundo Marconi & Lakatos (2003) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, na qual se obteve as conversas e visitas constantes a zona de produção. Os participantes das entrevistas e conversas ajudaram na compreensão de que fazem uma combinação entre a agricultura com outras actividades, de modo a aumentar as suas fontes de renda.

Em relação ao tipo de amostra, foi usada a amostragem aleatória simples, que consiste num subconjunto de indivíduos escolhidos de um conjunto maior escolhido aleatoriamente, todos com a mesma probabilidade.

Para a compreensão e o aprofundamento da pesquisa, foi consultada a literatura sobre a evolução dos sistemas agrários no vale do Infulene, cidade da Matola, província de Maputo. Na perspectiva de Siteo (2008) tais sistemas consistem na evolução da agricultura local, cuja descrição é fundamentada na abordagem sistémica de análises de sistemas agrários. Fez-se igualmente uma abordagem sobre a questão da urbanização em Moçambique e a pobreza rural como sendo uma questão política relativa à democracia e

à cidadania, daí que é necessário que haja políticas que possam olhar para a problemática da pobreza como sendo um mal a ser combatido de forma colectiva.

Quanto a organização do texto, na primeira parte apresenta-se a abordagem sobre a evolução dos sistemas agrários em Moçambique; na segunda parte faz-se menção a contextualização e a prática da actividade agrícola urbana em Maputo: como mecanismo de melhoria da renda familiar; ao passo que na terceira parte é ilustrada a metodologia; na quarta parte faz-se uma reflexão sobre a questão da terra em Moçambique e o desenvolvimento como pressuposto para a industrialização rural; na quinta parte, faz-se a apresentação dos dados e a abordagem sobre o processo de comercialização dos produtos das machambas do Vale do Infulene e por fim na ultima parte, apresenta-se a discussão de dados, onde faz um dialogo com os outros autores que já fizeram estudos relacionados.

2. Metodologia

Para a realização do trabalho, foi usado o método etnográfico exploratório. Gil (2008), entende como pesquisa exploratória aquela que proporciona maior finalidade com o problema, isto é, que envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no assunto a ser pesquisado. Este tipo de pesquisa, permite a observação directa das actividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações sobre o que ocorre naquela realidade. Este método, permitiu presenciar e fazer a recolha dos dados de perto, vivenciando o quotidiano dos produtores do vale de Infulene. A recolha dos dados foi feita nas machambas do “Vale do Infulene” no bairro da Machava e quanto ao tipo de colecta de dados foi com base na observação participante, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas.

Quanto a observação, foi necessário procurar saber sobre a trajetória de vida de cada entrevistado, procurando perceber como tiveram conhecimentos sobre as machambas e suas experiências antes de iniciar a actividade agrária e depois de praticar a mesma. Nas referidas conversas percebeu-se que alguns participantes saíram de outras províncias para Maputo a procura de melhores condições de vida e outros já vinham trabalhando nas machambas das suas províncias de origem.

Para a seleção dos participantes desse trabalho foram feitas visitas com frequência às machambas do vale de Infulene e fazendo observações quotidianas, e cada um foi partilhando as suas experiências e de seguida foram identificados cinco participantes, onde o primeiro aceitou participar, mas, entretanto, tinha dificuldades com a língua portuguesa, daí que para ultrapassar esta contrariedade, foi necessário procurar um tradutor que cobrou cinquenta meticals (50 mts). O segundo entrevistado disse não ter muito a partilhar porque acabava de chegar e iniciar com a actividade agrícola e que estava de passagem, ou seja, fazia a actividade de forma ambulante (diarista ou biscate) e que não tinha domínio sobre o funcionamento da actividade naquele local. E finalmente o terceiro aceitou partilhar a sua experiência e prontamente disponibilizou-se em ajudar a encontrar outros dois participantes e assim o fez.

3. Evolução dos sistemas agrários em Moçambique

Os primeiros povos de que a história de Moçambique faz menção que viveram na zona da África Austral de há cerca de 10.000 anos são os Khoisans, também conhecidos por,

ou sãs. Os Khoisans eram caçadores-colectores. De acordo com a história de Moçambique há 10.000 anos a zona já apresentava as condições físico-geográficas observáveis na actualidade, no que diz respeito, aos solos, vegetação e curso dos principais rios que atravessam a zona em direcção ao Oceano Índico.

A observação do modo como actualmente se faz o preparo da terra em Moçambique indica que o sistema de produção dominante na época dos Bantus podia ser provavelmente baseado no derrube e posterior queima da floresta. Numa obra de Siteo (2008) afirma que os Bantus que já tinham domínio da metalurgia podiam abater com relativa facilidade as árvores para abertura dos campos para a prática da agricultura. Essa prática ainda é largamente utilizada em várias regiões de Moçambique. Nesta prática, as árvores são cortadas e deixadas a secar por algum período, após o qual é realizada a sua queima. As cinzas resultantes dessa queima são uma fonte importante de potássio, o qual é importante para a fertilidade do solo.

A problemática do abate das árvores para a abertura dos campos para a prática da agricultura e as queimadas descontroladas são vestígios dessa prática e os impactos são negativos para a agricultura moçambicana. Porque o corte das árvores e as queimadas descontroladas contribuem para o desmatamento e demais impactos ambientais.

Com o corte das árvores, as consequências podem ser a curto e longo prazo, isto é, esta prática reduz a capacidade de remoção do excesso do carbono da atmosfera de forma natural, contribuindo assim para o efeito estufa e a questão da deflorestação da própria natureza e, por outro lado, verifica-se a questão das queimadas descontroladas em vista a preparação dos campos de cultivo, o que trás a humanidade e a natureza, consequências drásticas, como é o caso da destruição ambiental dos biomas e também as queimadas emitem gases poluentes e fumaça, quando inalados fazem mal à saúde do ser humano. E por fim, temos consequências socio-econômicas.

4. Contextualização

O Vale do Infulene está localizado a 5 km da cidade de Maputo, no posto administrativo da Machava, do município da Matola, na Província de Maputo, no Sul de Moçambique. Tem como limites a Norte o bairro de Patrice Lumumba, a Oeste o bairro da Machava sede e o vale de Infulene, a Sul o bairro trevo, a Leste situa-se um riacho que é a continuação das águas do vale e o bairro acordos de Lusaka.

O vale de Infulene é a principal cintura verde da capital moçambicana. A produção de hortícolas é intensa com os agricultores a aproveitar a baixa do rio Milauze, que separa as cidades de Maputo e Matola. Muitas famílias dedicam-se à prática da agricultura urbana para sobreviver. Por se tratar de produtos da época, os vendedores afirmam que são muitos os clientes que compram para o consumo.

A cintura verde do vale do Infulene é a zona de agricultura urbana mais extensa. Os pequenos agricultores aproveitam a fertilidade dos solos para juntarem a produção à beleza. Os jovens que trabalham naquele espaço criaram uma paisagem agrícola para atrair mais clientes.

Mosca (2015) faz um estudo sobre a agricultura e percebe que actividade da agricultura familiar em Moçambique constitui a actividade económica que ocupa grande parte da população, podendo alcançar mais de 75% dos cidadãos. Os sistemas de produção “tradicionais” sofreram, ao longo de décadas, diferentes níveis de transformação em consequência da intensidade de penetração do capital no meio rural, sobretudo o agrário e o comercial e o da extração de recursos naturais.

Até as famílias que vivem arredores do vale do Infulene, nas zonas onde a terra é bastante fértil, aproveitam os espaços nos seus quintais para produzir algumas hortícolas e, isso ajuda a reduzir a dependência dos mercados. Dessa maneira, não gastam dinheiro, senão o pouco para a compra de mudas. Ao passo que as famílias de baixa renda preferem ir comprar verduras e vendê-las em banquinhas em frente às suas casas. Os principais clientes são os seus vizinhos, que reduzem assim as distâncias para os mercados.

A urbanização, motivada por diferentes razões, económicas e não-económicas, tem provocado êxodos de diferentes dimensões sem que estes fossem acompanhados das transformações estruturais que permitissem o aumento da produção e produtividade, para suprir a demanda de alimentos das cidades, o que é agravado por taxas de crescimento populacional, geralmente elevadas. Nesta senda, Maloa (2016) afirma que história do êxodo rural em Moçambique nos ajuda a decifrar como e por quê depois da saída dos portugueses a população urbana cresceu igual e superior a população colona que residia nas áreas urbanas. Entre 1970 e 1980, os dados estatísticos detectaram 7,5 vezes o crescimento da população urbana. A entrada de novos atores na área urbana criou impactos de vários níveis: sociocultural, económico e político. Muitos ingressaram no espaço urbano despreparados para lidar com uma nova realidade urbana, excepto um

pequeno grupo de assimilados que já tinha experimentado a vida na “cidade de cimento”, quer como funcionários urbanos, quer como moradores dos interstícios das periferias urbanas.

Não só não houve mudanças estruturais na agricultura, como não houve um processo de industrialização que gerasse emprego para absorção do aumento demográfico. Em consequência, desenvolve-se uma economia informal, primeiro nas cidades e depois no campo.

Aliado a economias informais, durante a pesquisa, foram encontradas duas realidades, onde tivemos dois tipos de agricultores, uns donos das machambas e outros rendeiros do espaço. Os donos da machamba estão divididos em dois grupos, uns produzem sozinhos com ajuda da sua família e outros contratam trabalhadores para produzir em suas terras. Entre os trabalhadores identifiquei dois tipos de trabalhadores, primeiro trabalhador diário aquele que trabalha um dia e não tem contrato com o dono da machamba e trabalha quando o dono está ali e outro trabalhador contratado para trabalhar nas suas machambas e recebe mensalmente um valor que eles combinam.

Por último encontramos três tipos de clientes: os primeiros vão diretamente às machambas e fazem negociação com os agricultores; os segundos que chegam de carro e param na estrada e os trabalhadores vão negociar com eles lá mesmo; e finalmente um terceiro em que o agricultor tem os seus clientes e quando os produtos estão prontos liga para o cliente ir comprar. A área de trabalho está dividida em canteiros, onde as pessoas trabalham e fazem o plantio. Para a produção, o processo inicia com a preparação da terra e dos canteiros.

5. A questão de terra em Moçambique e o desenvolvimento como pressuposto para industrialização rural

A Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004, art: 109 e 110), preconiza que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo moçambicano. Daí que, as condições de uso e aproveitamento da terra são determinadas pelo Estado. O direito de uso e aproveitamento da terra é conferido às pessoas singulares ou coletivas tendo em conta o seu fim social ou económico.

A agricultura é uma actividade estabelecida constitucionalmente como base de desenvolvimento nacional (art.103, CRM, 2004). Geralmente, faz-se referência à necessidade do aumento da produção e da produtividade para que a agricultura desempenhe o seu papel no desenvolvimento. Daí que, este princípio geral está em situação de não-cumprimento, sobretudo nas zonas rurais onde existe a penetração de investimentos em capital mineiro e agrário e do investimento turístico e de habitação. Quando existe necessidade de deslocar pessoas ou de resolver conflitos de terras, as auscultações são muitas vezes pouco transparentes em termos de prestação de informações para as comunidades, estabelecimento de compromissos escritos e avaliação económica dos bens.

Contudo, o que acontece é que o Estado não é o actor que actua junto das comunidades, deixando esse papel para os líderes locais, para as organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e mesmo para as empresas interessadas. Por outro lado, quando há conflitos, o Estado surge em defesa ou do lado das multinacionais e, se necessário, com forcas policiais de modo a intimidar e repreender o povo.

Outrossim, há uma percepção segundo a qual, Moçambique possui muita terra disponível, entretanto, com um nível baixo de utilização. Embora o Estado seja proprietário legal do solo, existem os donos que habitualmente a utilizam. Trata-se de camponeses. Os reassentamentos e ocupação de terras por grandes explorações florestais e de empresas agrícolas são, muitas vezes feitas sem antes considerar os aspectos acima referenciados.

O aumento da produção e da produtividade têm sido referidos como necessários para que a agricultura desempenhe os seus papéis no desenvolvimento. Mosca (2015,) percebe que a transformação estrutural da agricultura é um tema que não surge nos discursos, nem são evidentes políticas e medidas que, de uma forma sistemática e duradoura, contribuam para o efeito. A transformação deveria caracterizar-se pelas seguintes principais mudanças: maior intensificação da agricultura com o factor capital; maior integração da agricultura nos mercados; aquisição de mais conhecimento e domínio técnico por parte dos agricultores, seja através da formação e qualificação dos recursos humanos, como através da aplicação dos resultados da investigação e por meio da extensão rural, melhores infraestruturas produtivas e mais e melhores serviços aos produtores e aos cidadãos no meio rural.

Será com base na implementação dessas estratégias que o sector agrário pode ajudar no desenvolvimento socio-económico, visto que a actividade agrária é considerada o pilar incontornável para luta contra a fome e conta a pobreza. Para tal, é necessário que haja produção de mais alimentos de modo a abastecer o mercado nacional e simultaneamente consolidar e alargar as bases nos mercados locais. Contudo, para que isso seja possível, é necessária união de sinergias no sentido de oferecer alternativas tecnológicas aos produtores, visando transformar a agricultura, predominantemente, de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado.

É preciso compreender que para que haja desenvolvimento rural, esta acção deve estar acompanhada pela industrialização rural, porque este postulado irá incentivar no aumento da produção e criará possibilidades de um comercio alargado para os pequenos e médios produtores (camponeses). Maloa (2016), alerta que a maioria da população que mora nas periferias urbanas não possui as condições mínimas do que se pode chamar de vida urbana. Daí que, é necessário apostar numa industrialização rural, que passa pela criação de mercados internos apetecíveis e encorajadores aos produtores, através da construção de infra-estruturas rodoviárias que possam facilitar o escoamento de produtos de um ponto para outro e apostar nas inovações tecnológicas, de modo a aumentar a produção e produtividade, em vista ao desenvolvimento local e do país no geral.

No processo de industrialização rural, é necessário escolher prioridade, de modo a articular acções do Estado a todos os níveis e procurar estabelecer sistemas públicos de apoio e incentivo ao desenvolvimento da produção e circulação dos produtos, como refere Castel-Branco (2008) de que a questão de fundo é que sem pensar no mercado e nas suas condições é impossível pensar na tecnologia, na organização produtiva, nos custos, na viabilidade, na competitividade e nas possibilidades de sobrevivência e sustentabilidade da actividade a promover. Se produzir pouco é mau; produzir muito, mas sem mercado e sem orientação para mercados concretos com exigências específicas é uma catástrofe. Os mercados consumidores não são automaticamente criados pela existência de produção, nem a existência de carências sistemática significa que existem mercados efectivos

6. Apresentação dos dados

Nesta abordagem pretende-se apresentar o processo através do qual os produtores adquirem os espaços, onde percebe-se que uma das formas das quais eles adquirem acesso aos espaços, é através dos familiares, como ilustram os testemunhos:

Testemunho de quem realiza actividades no Vale do Infulene a 16 anos.

“Esta machamba era dos meus pais e eu trabalhava com eles desde a minha infância, mas em 2007 eles decidiram voltar para casa lá em Chókwé província de Gaza onde tem grandes machambas nossas, deixando o espaço para nós, eu e o meu irmão mais velho, desde aquele ano até hoje ficamos aqui a cultivar, em 2012 o meu irmão foi comprar um outro espaço no estádio da Machava e eu fiquei aqui a cultivar sozinho as vezes nos finais de semana a minha esposa quando esta livre ela vem me ajudar”.

Este exemplo permite compreender que o nosso entrevistado conseguiu o espaço através dos seus pais e ele vem trabalhando com o seu irmão ate então. Os camponeses adquirem espaços através dos pais que passam-no para os seus filhos para dar a continuidade das actividades agrarias assim sucessivamente.

Outra forma de adquirir o espaço no vale de Infulene é através da compra, é o caso do a seguir:

“Eu era trabalhador de algumas machambas aqui em 2000-2004, mas depois abandonei e viajei para África do Sul a procura das melhores condições de vida, em 2007 regressei à Maputo e recomecei os meus trabalhos nas machambas das pessoas aqui no Infulene na zona da 2M, mas ao andar do tempo acabei comprando algumas machambas através do meus patrões e outras machambas comprei com uns amigos que estavam a vender porque queriam regressar às suas terras natais, e estas machambas que eu estou regar agora são minhas, eram espaços abandonados na altura era rio e crescia caniço e ninguém queria vir para aqui e eu como precisava de mais machambas acabei preparando o espaço e hoje esta aqui e todo mundo aprecia e gosta porque é o espaço que eu produzo boa couve por causa da localização, até hoje tenho cerca de 24 canteiros”.

A explicação acima permite compreender que, os trabalhadores das machambas da zona da 2M com andar do tempo eles acabam comprando um espaço e passam a trabalhar por conta própria.

Ainda sobre aquisição de espaços no vale do Infulene, temos outro exemplo, onde ele que tem espaço por meio de aluguer:

“Eu andava a procura de emprego e num certo dia encontrei-me com um amigo e me disse que precisavam de alguém que possa alugar algumas machambas aqui na zona da

2M, porque os donos iam se mudar para Moamba então para não perder o espaço preferiram dar alguém para alugar e eu vim alugar isso em 2015 até hoje, quando vim eu não sabia nada sobre machamba mas como queria fazer qualquer coisa para conseguir dinheiro aceitei a proposta e hoje eu aprendi a cultivar, cada canteiro pago 50 meticais por mês''.

Outro relato relacionado ao aluguer de machambas foi extraído de uma camponesa que viu a prática da actividade agrícola como forma de resolver as necessidades básicas.

“Eu estou a alugar esse espaço a dois anos, mas também tenho minhas machambas em Boane, mas por ser longe eu não conseguia ir lá sempre também porque os produtos que eu produzo lá são de regime periódico, e por passar por várias dificuldades na minha casa então acabei procurando um espaço para trabalhar aqui perto da minha casa e como minha vizinha tem machambas aqui ela disse que tinha alguns canteiros que la poderia emprestar que no final do mês tinha que pagar 500 mts”.

Os depoimentos acima são perceptíveis que os camponeses adquirem os espaços através dos seus familiares por via de herança e através dos amigos que já vinham vivendo na cidade de Maputo e por fim por meio de aluguer.

O processo de venda das hortícolas depois de serem produzidas representa também um aspecto central da pesquisa. Uma vez colhidos os produtos, estes são colocados a venda a partir de três categorias de clientes, acoma mencionadas.

A comercialização dos produtos agrícolas no Vale do Infulene é feita também por afinidades, isto é, há clientes fiéis aos seus vendedores, tal como faz referência o nosso entrevistado:

“Tenho meus clientes, quando sinto que os meus produtos faltam uma semana para a colheita eu ligo para os meus clientes e informo que tenho couve, alface ou beterraba dependendo do produto que tenho depois marcamos o dia e a hora e vem comprar. Para além dos clientes frequentes, tem pessoas que vem da cidade para comprar os nossos produtos”.

A explicação acima dá a possibilidade de compreender que para além dos seus fiéis clientes, os quais faz alguma ligação uma semana antes dos produtos saírem da machamba, também tem um outro grupo de clientes que aparecem para comprar as hortícolas na sua machamba.

Nesta mesma senda, a fonte revela de que forma comercializa os seus produtos:

“Não tenho pessoas fixas para comprar os produtos, daí que vendo para as pessoas que vem dos vários mercados da cidade a procura de alface, couve ou beterraba. Eles compram comigo e depois vão revender nos outros mercados, o cliente quando chega aqui, escolhe os canteiros onde irá tirar os produtos, colocam algum sinal de modo que ninguém possa escolher os mesmos. De seguida fazemos a negociação dos valores e chega-se a um acordo, logo a seguir o cliente ajuda a tirar os mesmos.”.

O excerto acima, mostra que não é imperioso ter clientes fixos, porque sempre aparece alguém para comprar. Mas com isso, é vantajoso ter pessoas fixas porque facilita com a evacuação dos produtos nas machambas.

É perceptível que a actividade agrária na cintura verde da capital moçambicana garante a subsistência de milhares de pessoas. A cintura do vale do Infulene é a zona de agricultura urbana mais extensa. Os pequenos agricultores aproveitam a fertilidade dos solos para juntarem à beleza, nas zonas onde a terra é bastante fértil, as famílias aproveitam os espaços nos seus quintais para reduzir a dependência dos mercados e isso faz com que não gastem dinheiro, senão pouco apenas para a compra de mudas.

Outrossim, é preciso que as autoridades municipais olhem essa prática como uma actividade que contribua para o melhoramento da qualidade de vida dos munícipes de diferentes bairros da cidade de Maputo, Infulene em particular, de modo que possa traçar políticas que visam dar um acompanhamento às famílias que sobrevivem desta actividade. E quiçá, traçar estratégias que visam numa possível mecanização da actividade. Com a prática desenvolvida naquele espaço, as famílias que vivem arredores do vale, viram a necessidade de apostar na actividade, como forma de redução da dependência dos mercados em relação a compra de produtos agrícolas, sendo necessário apenas aquisição das mudas ou sementes.

7. Discussão dos dados

Neste capítulo pretende-se trazer reflexões dos autores que fazem uma abordagem sobre a pobreza rural e semirrural, pensada em diferentes quadrantes sob ponto de vista geográfico. Entende-se que a questão da pobreza como sendo a falta parcial ou total de condições básicas de sobrevivência, isto é, é uma situação social e económica

caracterizada por carência na satisfação das necessidades básicas. Provocado por profundas mudanças que têm alterado a dinâmica da renda no meio rural.

À semelhança da constatação feita por Miranda & Tiburcio (2011), que partem do pressuposto de que há diferentes visões sobre o rural, destacou-se que o rural era tradicionalmente analisado apenas como um espaço específico de produção agrícola (visão sectorial), sendo que nele a produção familiar iria se tornar um resíduo inviável e sem futuro. Para esse tipo de abordagem o crescimento da produção agrícola moderna seria suficiente para dar conta não apenas de atender a demanda por produtos agropecuários como também de resolver o problema da pobreza entre as famílias rurais.

A redução da pobreza é um fenómeno que está em grande parte das agendas de vários países e não só, tem sido tema de destaque nas discussões académicas, por se tratar de um assunto que mexe com os direitos básicos do ser humano e por ser algo que está de forma directa ligada ao homem e sua sobrevivência. Nos dias que correm, quando se fala do meio rural já não se faz referência a este como apenas um espaço de produção agrícola das famílias, mas vê-se como lugar de oportunidades para investimentos de pequeno, médio ou mesmo grande destaque no mundo empresarial. Mas também, é notório um grande êxodo de pessoas provenientes no meio rural, procurando oportunidades em meios urbanos e estes meios, são vistos como ambientes propícios de sobrevivência.

Castel-Branco (2008) entende que o desafio que Moçambique enfrenta é como aumentar a produção, a produtividade e os rendimentos agrícolas substancial e rapidamente, mas de forma sustentável, em benefício do crescimento e desenvolvimento da economia e da melhoria constante das condições de vida da maioria do povo, e gerando ou aproveitando mercados dinâmicos, em crescimento e inovadores. A questão que se coloca é como conseguir estes objectivos no quadro das condições económicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas, ecológicas e ambientais em que Moçambique vive, transformando-as em benefício do desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista das políticas públicas, o desenvolvimento deve ser visto em todas dimensões, isto é, social, cultural, político, religioso e económico. As políticas publicas devem desconstruir a concepção na qual a pobreza é vista como sendo um problema individual e não social em termos de seus determinantes e estratégias de superação. Daí que, a solução deve ser colectiva de modo a promover o individuo, através de programas colectivos. Contudo, é necessário que não sejam ignoradas as outras dimensões da vida

que também são determinantes para a pobreza. Há uma necessidade de criação de condições e instrumentos de modo que as famílias tenham a possibilidade de enfrentar a pobreza e participem do processo da erradicação da pobreza.

Segundo Huo (2007), com base nos dados e conclusões sobre a dinâmica e o padrão de mudanças na estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, tendo em conta a teoria monetária da pobreza assente no estudo da renda, qual terá sido a dinâmica da pobreza rural nesta região do país, de 1996 a 2002?

Os dados mostraram que os menos pobres são os que melhoraram mais a sua situação relativamente aos mais pobres, ou seja, a dependência à fontes agrícolas, no contexto actual da agricultura em Moçambique, cuja prática se encontra vulnerável às reacções climáticas, no caso, chuvas e secas frequentes na região. Por conta do fraco crescimento dos mercados agrícolas, isso faz com que a pobreza e a vulnerabilidade aumente, particularmente entre os mais pobres.

Nesta perspectiva, Miranda & Tiburcio (2011) referem que sendo a pobreza uma questão política relativa à democracia e à cidadania, coloca-se o desafio de reconhecer que essa questão diz respeito ao conjunto da sociedade e não apenas aos indivíduos e/ou grupos de pobres. A partir daí, foi sugerido que as distintas modalidades de políticas públicas devem procurar descentralizar o poder para os locais próximos onde ocorrem os problemas, plano em que devem ser buscadas as soluções; e que a participação da sociedade civil seja estimulada visando construir consensos entre os distintos actores envolvidos.

Com a insuficiência de recursos, a pobreza é compreendida como sendo um estado que significa a falta de dinheiro e o viver abaixo da linha de pobreza por um lado e por outro, o entendimento sobre a pobreza é vista como sendo um problema originado por factores de natureza económica, política e social que fazem com as pessoas tenham oportunidades e recursos que criam condições para obter a renda necessária para o bem-estar. Mas, isso passara necessariamente num processo de descentralização de poderes de modo a tornar as instituições mais próximas e ao serviço dos que realmente necessitam, sem criar protocolos que podem vir a criar distâncias entre as instituições e a sociedade beneficiada.

8. Conclusão

Durante a realização do trabalho, foi perceptível que as áreas periurbanas nas quais foi possível fazer o estudo registam condições de vida precárias e é nestas áreas onde predomina uma grande parcela da população que vive em condições de deficiência económica, por isso, olham pela actividade agrária como sendo uma forma de ultrapassar as necessidades básicas.

Foi abordada igualmente a questão da terra em Moçambique, a forma como os camponeses adquirem os espaços e os processos de comercialização dos produtos vindos das machambas do Vale do Infulene. Entretanto, é uma abordagem inacabada e que poderá merecer um estudo aprofundado e detalhado nos próximos momentos ou mesmo oportunidades.

Esta actividade, é maioritariamente praticada por jovens oriundos de diversos pontos do país. Facto é que a urbanização, motivada por diferentes razões, económicas e não-económicas, tem provocado êxodos de diferentes dimensões sem que fossem acompanhados das transformações estruturais que permitissem o aumento da produção e produtividade, para suprir a demanda de alimentos das cidades, o que é agravado por taxas de crescimento populacional, geralmente elevadas, especificamente na capital do país, em consequência, verifica-se o crescimento da economia informal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. *Boletim da República*, I Série – Número 51, Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 22 de Dezembro de 2004.

CASTEL-BRANCO, C.N. (2008). *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Contributo Critico com debates de postulados básicos*, Maputo

CASTEL-BRANCO, C.N. (2008). *Notas de Reflexão sobre a “Revolução Verde”: Contributo para um debate*, Maputo

GIL, A.C. (2008). *Como elaborar projectos de pesquisa*, 4.ed. São Paulo, Atlas

HUO, T. (2007). *Dinâmicas da Pobreza Rural no Centro e Norte de Moçambique, 1996-2002*, Maputo

MOSCA, J. (2016). *Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas*, Maputo

MALOA, J.M. (2016). *Urbanização Moçambicana: Uma proposta de interpretação*, São Paulo

MIRANDA, C., & TIBURCIO, B. (2011). *Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas*, Brasília

SITOE, T.A. (2008). *Evolução dos sistemas agrários no vale do Infulene, cidade da Matola – Província de Maputo: Uma abordagem sistémica*, Franca – SP

*Mestrando no Instituto Superior Dom Bosco

Email: jordaomunapeta@gmail.com